

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009351-72.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Tutela Cautelar Antecedente - Medida Cautelar**
 Requerente: **Adriana Marcia Fabiano Paulino de Mello**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

Trata-se de pedido de exibição de documentos em caráter preparatório para uma possível ação de cumprimento de sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública n. 0632533-62.1997.8.26.0100 da 15ª Vara Cível do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo, ajuizada por **ADRIANA MARCIA FABIANO** em face da **TELEFÔNICA BRASIL S/A** e do **BANCO BRADESCO S/A**.

Segundo a petição inicial, a autora pretende demonstrar que fez investimento no valor de R\$ 1.117,63 para aquisição de uma linha telefônica pelo Plano de Expansão da então existente TELESP. Alegou que não obteve êxito na obtenção do contrato junto aos correqueridos (sustentou que o Banco Bradesco funcionou como "terceiro").

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 11/58.

Devidamente citado, o Banco Bradesco S/A apresentou defesa as fls. 65/70. Preliminarmente alegou sua ilegitimidade para figurar no pólo passivo, uma vez que sua participação no contrato de prestação de serviços de arrecadação com a TELEFÔNICA BRASIL S/A se limitava ao cadastramento dos clientes e obtenção por parte deles, para autorização de débito em conta corrente. Ainda em sede de preliminar alegou carência da ação sustentando que a autora não demonstrou documentalmente ter solicitado a ele (Banco Bradesco) a exibição dos referidos documentos bem como não pagou as



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

custas para requerer tais documentos administrativamente. Acrescentou ainda que a autora não especificou os documentos e/ou contratos que pretende. No mérito, rebateu a inicial e culminou por pedir a improcedência da pretensão inicial com a condenação da autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios.

A TELEFÔNICA BRASIL S/A ofereceu defesa as fls. 73/84. Embora tenha sustentado prescrição (insubsistência do dever de guarda dos documentos) veio aos autos na sequência e apresentou radiografia do contrato, argumentado que tal documento é reconhecido como suficiente em casos como o analisado. No mais, pediu o acolhimento da preliminar e/ou alternativamente a improcedência da demanda.

Sobreveio réplica as fls. 114/124.

É o relatório.

DECIDO.

Das matérias preliminares:

A argumentação de ilegitimidade passiva do Banco Bradesco S/A deve ser acolhida.

O autor pretende a exibição de documentos referentes a um contrato de participação financeira e tal contrato foi firmado com a empresa de telefonia.

Assim, somente ela, a empresa de telefonia, responde pelas obrigações assumidas em referida avença.

E nesse contexto, deve ser proclamada a ilegitimidade passiva do Banco Bradesco S/A., como aliás, solicitado a fls. 66/67.

A alegação de prescrição não quadra na espécie


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

por conta de entedimento já consolidado no STJ no Recurso Especial 1.273.643/PR.

No mérito, agora em relação a ré remanescente, o autor tem legítimo interesse na aludida exibição, a pretexto de preparar eventual ação judicial para discussão de possível crédito.

A presente medida cautelar tem caráter satisfativo. Sua finalidade é a exibição e posterior conferência de documentos arquivados em repartição da requerida.

A correquerida remanestente, apesar de não ter apresentado contrato assinado, apresentou o documento de fls. 88, ou seja, uma "Radiografia do Contrato", e tal documento é suficiente para o fim almejado pela requerente.

Nesse sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Controvérsia a respeito da **suficiência da radiografia – Documento que contém os dados necessários para eventual procedência do direito alegado – Reforma da decisão para reconhecer a validade da radiografia e declarar exibido o contrato, mantido o resultado do Julgamento** – Acolhimento – TJSP, 4ª Câmara de Direito Privado; Embargos de Declaração n. 0006397-04.2015.8.26.0664; Rel. Enio Zuliani, j. 16/02/2017).

Isso posto, **JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO EM RELAÇÃO AO BANCO BRADESCO S/A E O FAÇO FUNDAMENTO NO ART. 485, VI DO NCP. EM RELAÇÃO A CORREQUERIDA TELEFÔNICA, JULGO POR SENTENÇA** a presente ação PROCEDENTE reconhecendo que tal postulada tem o dever de exibir os dados da contratação que firmou com a oponente. Porém, fica prejudicada a providência material, uma vez que já encartada a radiografia do contrato que supre o próprio. A correquerida TELEFÔNICA DO BRASIL S/A fica condenada ao pagamento de honorários advocatícios ao patrono do requerente que fixo em 10% do valor dado à causa. Fica também o autor, condenado ao pagamento de honorários advocatícios ao patrono do BANCO BRADESCO S/A, que fixo, igualmente, em 10% (dez



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

por cento) sobre o valor dado à causa. No entanto, deverá ser observado que o autor é beneficiário da justiça gratuita.

As custas do processo ficarão a cargo da Telefônica.

Publique-se e Intimem-se.

São Carlos, 02 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**